

A universidade, os jovens e o poder público na construção do Plano Municipal de Juventude de Alfenas, Minas Gerais

Luís Antonio Groppo¹, Evandro Carvalho Rocha², Isabella Batista Silveira³, Maria Cesione Damasceno⁴, Lívia Furtado Borges⁵, Junior Roberto Faria Trevisan⁶, Enzo Michel Felipe Correia dos Santos Goussain⁷

Resumo

Os autores, participantes da redação do anteprojeto do Plano Municipal de Juventude de Alfenas, Minas Gerais, descrevem o processo de construção das propostas do Plano e a sua metodologia de trabalho. Apresentam-se os referenciais teóricos desta metodologia: a juventude como sujeito social e ator político relevante no tempo presente; as possibilidades de participação e os limites das recentes políticas públicas de juventude; a valorização do diálogo intergeracional, no qual, jovens e adultos, de forma horizontal, livre e aberta, possam debater questões públicas relevantes. São descritas as propostas e principais elementos do Plano Municipal de Juventude, os quais versam sobre “Organização e Diálogo com o Governo”, “Desenvolvimento Integral”, “Território e Mobilidade”, “Qualidade de Vida”, “Diversidade, Sexualidade e Respeito às Diferenças” e “Vida Segura”. Como resultados, destacam-se os esforços para implementar os direitos sociais dos jovens, a partir do diálogo com as demandas das juventudes atuais e seus movimentos, mas também alguns de seus limites, como a celeridade da sua construção.

Palavras-chave

Políticas Públicas. Juventude. Plano Municipal de Juventude. Extensão Universitária.

1. Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas; professor adjunto da Universidade Federal de Alfenas, Minas Gerais, Brasil; coordenador do projeto de extensão “Grupo de Estudos sobre a Juventude de Alfenas”; pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. E-mail: luis.groppo@gmail.com.

2. Graduando em Letras na Universidade Federal de Alfenas, Minas Gerais, Brasil; membro do projeto de extensão “Grupo de Estudos sobre a Juventude de Alfenas” (2014-2016). E-mail: evandrorochat@gmail.com.

3. Mestranda em Educação na Universidade Federal de Alfenas, Minas Gerais, Brasil; membro do projeto de extensão “Grupo de Estudos sobre a Juventude de Alfenas” (2017); Conselheira Municipal de Juventude de Alfenas. E-mail: isabellasilveira48@gmail.com.

4. Graduanda em Ciências Sociais na Universidade Federal de Alfenas, Minas Gerais, Brasil; Membro do projeto de extensão “Grupo de Estudos sobre a Juventude de Alfenas”, desde 2014. E-mail: cesidamas@gmail.com.

5. Graduada (Bacharelado) em Ciências Sociais na Universidade Federal de Alfenas, Minas Gerais, Brasil; Membro do projeto de extensão “Grupo de Estudos sobre a Juventude de Alfenas”, desde 2014. E-mail: liviafurtadob@yahoo.com.br.

6. Mestrando em Educação na Universidade Federal de Alfenas, Minas Gerais, Brasil; membro do projeto de extensão “Grupo de Estudos sobre a Juventude de Alfenas” desde 2014. E-mail: juniortrevisansk8@hotmail.com.

7. Graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Alfenas, Minas Gerais, Brasil; membro do projeto de extensão “Grupo de Estudos sobre a Juventude de Alfenas” (2014-2016). E-mail: michel.goussain@hotmail.com.

The university, youth and public power in the construction of the Municipal Youth Plan of Alfenas, State of Minas Gerais, Brazil

Luís Antonio Groppo*, Evandro Carvalho Rocha**, Isabella Batista Silveira***, Maria Cesione Damasceno****, Lívia Furtado Borges*****, Junior Roberto Faria Trevisan*****, Enzo Michel Felipe Correia dos Santos Goussain*****

Abstract

The authors, participants in the drafting of the preliminary project of the Municipal Youth Plan of Alfenas, State of Minas Gerais, Brazil-MG, describe the process of construction of the proposals of the Plan and its methodology of work. The theoretical references of this methodology are presented: youth as a social subject and relevant political actor in the present time; the possibilities of participation and the limits of the recent public policies of youth; the appreciation of intergenerational dialogue, in which young people and adults, in a horizontal, free and open way, can debate relevant public issues. The proposals and main elements of the Municipal Youth Plan are described, which deal with "Organization and Dialogue with Government", "Integral Development", "Territory and Mobility", "Quality of Life", "Diversity, Sexuality and Respect for Differences" and "Safe Life". As a result, stresses the efforts to implement the social rights of young people, which dialogue with the current youth and its movements, but also some of its limits, such as the speed of its construction.

Keywords

Public Policies. Youth. Municipal Youth Plan. University Extension.

* PhD in Social Sciences, Campinas State University, State of São Paulo, Brazil; assistant professor at Federal University of Alfenas, Minas Gerais, Brazil; coordinator of the extension project "Study Group about Youth of Alfenas" since 2014; researcher at the National Council for Scientific and Technological Development. E-mail: luis.groppo@gmail.com.

** Undergraduated student in Letters, Federal University of Alfenas, State of Minas Gerais, Brazil; member of the extension project "Study Group about Youth of Alfenas" (2014-2016). E-mail: evandrochat@gmail.com.

*** MSc student in Education, Federal University of Alfenas, State of Minas Gerais, Brazil; member of the extension project "Study Group about Youth of Alfenas"; Municipal Councillor Youth of Alfenas. E-mail: isabellasilveira48@gmail.com.

**** Undergraduated student in Social Sciences, Federal University of Alfenas, State of Minas Gerais, Brazil; member of the extension project "Study Group about Youth of Alfenas" since 2014. E-mail: cesidamas@gmail.com.

***** Graduate (Bachelor degree) in Social Sciences, Federal University of Alfenas, State of Minas Gerais, Brazil; member of the extension project "Study Group about Youth of Alfenas" since 2014. E-mail: liviafurtadob@yahoo.com.br.

***** MSc student in Education, Federal University of Alfenas, State of Minas Gerais, Brazil; member of the extension project "Study Group about Youth of Alfenas" since 2014. E-mail: juniortrevisansk8@hotmail.com.

***** Graduate in Social Sciences, Federal University of Alfenas, State of Minas Gerais, Brazil; member of the extension project "Study Group about Youth of Alfenas" (2014-2016). E-mail: michel.goussain@hotmail.com.

Introdução

No segundo semestre de 2016, o Grupo de Estudos sobre a Juventude de Alfenas, projeto de extensão da Universidade Federal de Alfenas (Unifal-MG), teve uma singular experiência: a redação do anteprojeto do Plano Municipal da Juventude de Alfenas. O convite partiu da Secretaria Municipal de Juventude, Esporte e Lazer, que solicitou ao grupo que sistematizasse nesse documento as demandas das juventudes do município, manifestadas em Conferências e Fórum Municipais de Juventude.

O presente trabalho busca descrever e analisar o processo de construção desse anteprojeto, tratando especialmente das articulações entre a universidade – por meio de seu projeto de extensão –, os sujeitos jovens – por meio de sua participação em Conferências, Fórum e Conselho Municipal de Juventude –, e o poder público municipal – por meio da Secretaria de Juventude, Esporte e Lazer e da Câmara de Vereadores. Faz isso a partir de uma breve reflexão teórica e histórica acerca das políticas públicas de juventude e dos mecanismos de participação política e social dos jovens no Brasil contemporâneo.

O município de modesto porte, mas em expansão, no sul do estado de Minas Gerais, conseguiu amadurecer uma interessante proposta de política pública para os jovens, no mesmo momento em que a situação política e econômica geral do país aponta para graves retrocessos. Essa condição dilemática marca o estágio atual das ações governamentais em favor dos direitos das juventudes no Brasil, em geral, em Alfenas, em particular. Aponta os limites da efetivação do Plano, tanto quanto o papel de resistência de sujeitos e instituições nessa localidade. Há esperança de que o Plano Municipal da Juventude de Alfenas seja mais do que mero fruto temporário das políticas públicas de juventude no Brasil.

Como metodologia, este trabalho contou

com uma revisão bibliográfica sobre políticas públicas de juventude e participação, além da recuperação de debates teóricos e conceituais que têm marcado o Grupo de Estudos sobre a Juventude desde suas origens, presentes nos próprios eixos do Plano Municipal da Juventude. Também, com a consulta e análise dos documentos preparatórios do Plano, como os relatórios da 2ª Conferência Municipal de Juventude realizada em 14 de setembro de 2013, da 3ª Conferência, em 15 de agosto 2015, e do 1º Fórum Municipal da Juventude, em 08 de julho de 2016. Enfim, foram revistos os materiais produzidos durante a criação do Plano, como versões preliminares e atas das reuniões do Grupo de Estudos e do Conselho Municipal de Juventude.

Em sua primeira parte, debate-se o referencial teórico desse trabalho, com conceitos como sujeito social, diálogo e participação. As partes seguintes tratam da construção do Plano Municipal da Juventude de Alfenas e refletem sobre os eixos que o compõem, analisando tanto suas possibilidades quanto seus limites.

Juventude, participação e diálogo

A noção do jovem como sujeito social, segundo Juarez Dayrell (2003), tem sido um importante fundamento teórico para o Grupo de Estudos sobre a Juventude. O autor critica as imagens limitadas sobre os jovens, reducionistas e às vezes até caricatas e preconceituosas, mas que ainda têm grande influência nas políticas de juventude: a transitoriedade (desvalorizando a condição presente dos jovens e focando apenas a futura condição adulta); a visão romântica (reduzindo a condição juvenil apenas ao hedonismo, irresponsabilidade e lazer); e a visão da juventude como crise (atribuindo os problemas dos jovens apenas a uma suposta baixa autoestima ou a conflitos pessoais e/ou com

a família). Existe, ainda, a imagem da juventude como problema, focalizando sobremaneira o envolvimento dos jovens com a criminalidade, as drogas e a gravidez precoce, entre outros, imagem recorrente quando se faz referência aos jovens das camadas populares, alvo de todo tipo de estereótipos, tantas vezes trazidos às políticas sociais (SPOSITO; CARRANO, 2007).

Em contraponto, Dayrell (2003) vem definir a juventude como uma condição social marcada pela diversidade das formas de viver esse momento da vida, diversidade dada pelas condições sociais, culturais, de gênero, entre outros. A condição juvenil tem seu início marcado por um momento de mudanças corporais e afetivas e de alargamento das referências sociais – a adolescência –, mas não deve ser concebida como uma transição linear a estágios seguintes, supostamente mais desenvolvidos: “Entendemos a juventude como parte de um processo mais amplo de constituição de sujeitos, mas que tem especificidades que marcam a vida de cada um” (DAYRELL, 2003, p. 42). A juventude importa a si mesma, tanto quanto promove um conjunto de mudanças que serão carregadas para o resto da vida dos indivíduos.

Enfim, o jovem deve ser tratado como um sujeito social, ou seja, como ser aberto ao mundo –ainda que inicialmente ocupe dada origem e condição social –, singular e ativo, agindo “no e sobre o mundo”, produzindo a si mesmo e sendo produzido ao mesmo tempo, por meio de suas relações com os outros e com seu entorno (DAYRELL, 2003, p. 43). Cabe à sociedade ou ao contexto político-econômico que cercam os jovens, valorizarem ou permitirem a realização desse potencial de serem sujeitos sociais em plenitude, sob o risco da desumanização dos seres em autoconstrução.

As políticas públicas voltadas às juventudes, considerando os jovens como sujeitos sociais, não poderiam partir daquelas visões limitadas citadas acima, as quais cerceiam a sua participação.

Já não é possível, no campo democrático, conceber e fazer política pública de juventude reiterando discursos que enxergam nos jovens, notadamente nos populares, somente problemas sociais que precisam de equacionamento pela via do controle social e da tutela de tempos e espaços. (CARRANO, 2011, p. 235).

Mas também, e Carrano (2011) referenda, não bastam concepções igualmente idealizadas de juventude, como a do “protagonismo juvenil” ou “agente de desenvolvimento”, que enfileira jovens em funções decisórias secundárias dentro de projetos ou políticas “preconcebidos por lógicas adultas” (CARRANO, 2011, p. 241).

Limitam, ainda, as possibilidades de efetiva participação dos jovens nas políticas públicas, o fato delas serem largamente baseadas nas orientações de agências supranacionais de desenvolvimento, em especial ligadas à ONU (Organização das Nações Unidas) e ao Banco Mundial – de onde se origina, por exemplo, a noção do jovem como protagonista ou como “agente de desenvolvimento”. Tem-se um paradoxal fenômeno, a evocação do jovem como “protagonista” em documentos que já trazem, de antemão, diagnósticos e prognósticos acerca desses jovens, que deveriam ser os “sujeitos sociais” e ter suas vozes ouvidas antes das principais decisões (SOUZA, 2009).

Ao analisar as políticas públicas de juventude, iniciadas nos governos de Fernando Henrique Cardoso (1994-2002), e mais marcantes nos governos Lula (2003-2010) e Dilma (2010-2016), encontramos, em menor ou maior porção ou em combinação, essas imagens limitadas ou idealizadas de juventude mesmo sob discursos e intenções de superá-las (GROPPO, 2016). Tem sido um desafio permitir que os espaços de participação dos jovens, como os Conselhos de Juventude (nacional, estaduais e municipais), sejam realmente lugar de fala livre e profícua de jovens, ou de fértil diálogo intergeracional, ou, ainda, lugar de decisões

impactantes para o cotidiano das juventudes.

Outros espaços de democracia participativa, oriundos da Constituição de 1988, têm sido construídos ao longo das últimas décadas, em especial na forma de Conselhos – os de juventude foram precedidos pelos da criança e adolescente, saúde, idoso, mulher e de assistência social – mas que não foram suficientes para que as vozes, especialmente as juvenis, sentissem-se realmente ouvidas, muito menos atendidas, o que em parte explica a potência das Jornadas de Junho de 2013, que inauguraram um ciclo de protestos sociais que tiveram continuidade mais genuína nos movimentos de ocupações de escolas e universidades, em 2015 e 2016.

As universidades têm promovido algumas iniciativas em prol do diálogo com os jovens, em especial na forma de “Observatórios”, como aqueles em que participaram autores aqui já citados, Juarez Dayrell – Observatório da Juventude da UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais)⁸ – e Paulo Carrano – Observatório Jovem da UFF (Universidade Federal Fluminense)⁹.

Na Unifal-MG, o empreendimento talvez tenha sido mais modesto, e na forma de um projeto de extensão: o Grupo de Estudos sobre a Juventude de Alfenas, criado em setembro de 2014. Fundamentado na horizontalidade e na abertura às vozes dos jovens e seus coletivos, o Grupo tem realizado reuniões para estudos e debates, além de organizado seminários sobre a juventude e promovido uma pesquisa sobre as organizações juvenis atuantes na universidade¹⁰. Esse projeto de extensão, em especial durante o ano de 2016, buscou reforçar suas atividades e vínculos com a sociedade e o poder público local, destacando-se a participação do Grupo na realização do 1º Fórum Municipal de Juventude, em julho de 2016, e a redação do

anteprojeto do Plano Municipal de Juventude, cujo processo será relatado abaixo.

A construção do anteprojeto do Plano Municipal de Juventude

Um momento chave para a história das Políticas Públicas de Juventude no Brasil foi o ano de 2005, quando o governo federal, presidido por Luís Inácio Lula da Silva, em seu primeiro mandato (2003-2006), instituiu a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), o Conselho Nacional de Juventude (Conjuve) e o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem). Essas instituições e programa nasceram a partir de recomendações de um Grupo de Trabalho Interministerial, criado em 2003, bem como das orientações das agências supranacionais. Outra institucionalidade criada foram as Conferências Nacionais de Políticas Públicas de Juventude, tendo sido a primeira realizada em 2008.

Análises indicam modesto papel do Conjuve e das Conferências na revisão dessa estrutura organizacional ou mesmo do ProJovem. Houve mudanças, mas elas partiram antes de demandas internas ao governo federal ou de diretivas das agências supranacionais (GROPO, 2016). Contudo, essas instituições e políticas nacionais tiveram relevante caráter indutor, em nível estadual e local. Em 2011, o Conjuve identificou 105 conselhos municipais e estaduais de juventude no Brasil. Já as Conferências Nacionais de Políticas Públicas de Juventude foram precedidas por Conferências, em nível local e estadual, que elegeram delegados para as reuniões nacionais e propuseram debates a partir de eixos temáticos e textos-base propostos pela SNJ. Porém, segundo Souza (2011), não basta apenas abrir tais espaços, já que, na falta de estrutura e recursos, estes podem se tornar apenas vitrines de governos ou se esvaziarem.

8. <<http://observatoriodajuventude.ufmg.br/>>.

9. <<http://www.uff.br/observatoriojovem/>>

10. Ver mais informações e reflexões sobre o Grupo de Estudos sobre a Juventude de Alfenas em MAGALHÃES et al. (2016).

Em Alfenas, o caráter indutor das políticas de juventude nacionais se viu presente, primeiro, na criação do Conselho Municipal de Juventude, em 2009, e na realização da 1ª Conferência Municipal de Juventude, em 2010. Segundo avaliação da gestão da Secretaria Municipal da Juventude, Esporte e Lazer (2016), esses espaços, apesar de abertos, por possuírem temáticas preestabelecidas por meio de diretrizes macros (demandas nacionais), não conseguiram contemplar algumas especificidades da juventude alfenense, nem realizar o acúmulo de discussões pontuais. Por isso, buscou-se reforçar essas instituições, com a criação da Secretaria Municipal de Juventude, Esporte e Lazer, em 2013, da realização da 2ª e 3ª Conferências Municipais de Juventude, respectivamente em 2013 e 2015, a revitalização do Conselho Municipal de Juventude, em 2015, a realização do 1º Fórum Municipal de Juventude, em 2016, e a proposição de ativação do Fundo Municipal de Juventude.

No final de julho de 2016, o Grupo de Estudos sobre a Juventude foi convidado pela superintendência da Juventude do município para colaborar na sistematização do Plano Municipal da Juventude. Formalizada a parceria com a Secretaria Municipal de Juventude, Esportes e Lazer, buscou-se construir a metodologia de trabalho, a partir do seguinte princípio: redigir o anteprojeto do Plano a partir das resoluções e demandas das 2ª e 3ª Conferências Municipais de Juventude e do 1º Fórum Municipal de Juventude. As atas e documentos construídos por essas reuniões traziam diversas propostas para as políticas públicas municipais de juventude. Algumas dessas demandas, entretanto, ou possuíam forma ainda incipiente ou eram expressas de modo difuso. Na tarefa de interpretá-las, o Grupo norteou-se pelo princípio de buscar a expressão mais progressista possível dos desejos e interesses dos jovens de Alfenas.

Se voluntariaram para a tarefa de redigir

o anteprojeto, o coordenador do Grupo de Estudos, Luís Antonio Groppo, e cinco estudantes da Unifal-MG: Evandro Carvalho Rocha (que também era o superintendente de Juventude do município), Maria Cesione Damasceno, Lívia Furtado Borges, Junior Roberto Faria Trevisan e Enzo Goussain. O superintendente de Juventude trouxe a proposta dos eixos temáticos, que se baseavam nas mesas e grupos de trabalho das Conferências e do Fórum, acatada pelo Grupo, a saber: Eixo I – Organização e Diálogo com o Governo; Eixo II – Desenvolvimento Integral (Educação, Cultura, Comunicação e Expressão); Eixo III – Território e Mobilidade; Eixo IV – Qualidade de Vida; Eixo V – Diversidade, Sexualidade e Respeitos às Diferenças; Eixo VI – Vida Segura.

O Plano prevê que suas propostas sejam efetivadas até 2022, podendo ser revisadas a cada dois anos pelos Fóruns Municipais de Juventude.

O Eixo IV – Qualidade de vida foi o único não redigido com a colaboração do Grupo de Estudos sobre a Juventude. Ele foi elaborado por técnicos da Secretaria Municipal de Saúde, com a revisão do superintendente de Juventude. Em relação aos demais eixos, cada um dos redatores do Grupo de Estudos se incumbiu de uma ou mais tarefas, como fazer a primeira versão de um Eixo e revisar um ou mais Eixos. Nas semanas seguintes, os redatores se reuniram em duplas ou em conjunto para organizar, debater e avaliar os textos. Também, nas reuniões gerais do Grupo de Estudos sobre a Juventude, os resultados provisórios do documento que daria origem ao Plano foram compartilhados e debatidos.

Cabe ressaltar que uma das principais dificuldades encontradas no processo de estruturação dos textos para os Eixos foi a de conseguir concentrar, em um único registro, as diversas representações juvenis que emergiram nas Conferências e no Fórum Municipal. Encontrar o fio condutor e o espírito juvenil que emanavam dos registros documentais não foi tarefa fácil. Sposito (2008) destaca que muitas

das políticas públicas voltadas à juventude falham em abrir espaços de comunicação e de parcerias que admitam a importância da participação juvenil no desenvolvimento, na implementação e na avaliação de suas definições. Neste sentido, houve, durante a organização do anteprojeto do Plano, todo um cuidado para que as vozes da juventude alfenense fossem ouvidas com dedicada atenção.

Outra dificuldade foi a de organizar as propostas de implantação e a definição dos agentes envolvidos. Aqui, o então superintendente de juventude do município, Evandro Rocha, foi de grande auxílio. Evandro, por meio de sua experiência com a questão, conseguiu articular com alguns juristas as partes de implantação e de delimitação dos agentes envolvidos com as propostas desenvolvidas no Projeto de Lei. Tal reforço permitiu uma maior harmonização das demandas, não só com referência às questões jurídicas resguardadas pela Constituição Federal de 1988, pelo Estatuto da Juventude (Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013) e pela legislação municipal, como também sistematizou a viabilidade política de implantação dessas demandas.

Em um segundo momento, foram convidados especialistas, vindos da universidade, do poder público ou de organizações não governamentais do município, para redigir o texto introdutório de cada eixo: Luís Antonio Groppo (Unifal-MG), para o Eixo I; Wesley Silva (Unifal-MG), para o Eixo II; Evânio dos Santos Branquinho (Unifal-MG), para o Eixo III; Maurício Durval de Sá (Secretário Municipal de Saúde) para o Eixo IV; Daniela Roberta Antônia Rosa (Núcleo de Consciência Negra e Materna Alfenas) para o Eixo V; e José Eduardo Silvério (presidente

da Associação de Proteção e Assistência ao Condenado de Alfenas – APAC) para o Eixo VI.

Cada Eixo é composto por um texto introdutório geral de especialista e por artigos que trazem propostas. Cada artigo estruturado da seguinte forma: Introdução, Objetivo, Meio de Implantação, Previsão de Implantação e Agentes Envolvidos.

O anteprojeto foi levado para as reuniões do Conselho Municipal de Juventude, realizadas em outubro de 2016, nas quais os membros do Grupo de Estudo puderam ter presença e voz, ao lado de outros jovens participantes de coletivos juvenis atuantes na cidade. Nas reuniões, grande parte do texto foi preservado ao lado de pequenas modificações que deram ainda mais qualidade e caráter progressista ao Plano.

O Projeto de Lei, com o Plano Municipal de Juventude, que foi entregue para a Câmara Municipal de Vereadores, em 31 de outubro de 2016, tem quatro mensagens que precedem os Eixos: da Prefeitura Municipal; da Secretaria de Juventude, Esporte e Lazer; da Superintendência de Juventude; e do Grupo de Estudos sobre a Juventude. Trata-se de um documento, o Plano, com 83 páginas¹¹. O Projeto de Lei foi aprovado por unanimidade, sem modificações ou ressalvas, pelos vereadores, em dezembro de 2016, tornando-se Lei Municipal de n. 4.704, de 19 de dezembro de 2016.

A nova gestão municipal eleita declarou-se favorável à implementação do Plano¹². No início de 2017, a nova Superintendente da Juventude, ex-estudante da Unifal-MG, contatou o Grupo de Estudos sobre a Juventude para continuar a parceria com o poder público e colaborar na implementação do Plano Municipal de Juventude de Alfenas. O convite foi imediatamente aceito, inclusive

11. A versão integral do Plano não está mais disponível no site da Prefeitura Municipal de Alfenas, porque esse está em reformulação, mas pode ser acessado provisoriamente, até que seja reincluído no site da Prefeitura, em <https://www.facebook.com/groups/127158184542377/?source=create_flow>.

12. O áudio da sessão da Câmara de Vereadores de Alfenas que aprovou o projeto de lei pode ser acessado em: <<http://www.cmalfenas.mg.gov.br/Plenario/audio/Reunião%20Ordinária%2012-12-2016.mp3>>. A discussão do projeto se inicia no minuto 097:30.

porque o Grupo já desejava dar continuidade a esse interessante diálogo com o município.

Relatos de membros do Conselho Municipal de Juventude e da nova gestão municipal têm indicado possíveis dificuldades de implementação do Plano, principalmente pela falta de recursos para implantar as propostas no prazo estabelecido. Para tanto, tem se discutido principalmente a necessidade de efetivar o Fundo Municipal de Juventude.

Eixos do Plano Municipal de Juventude

O Eixo I – Organização e Diálogo com o Governo – tem por finalidade sistematizar a participação dos jovens em espaços governamentais e da sociedade civil, a fim de proporcionar fóruns para debates e espaços de construção de Políticas Públicas de Juventude (PPJs). Os órgãos e ações previstas buscam garantir a defesa, discussão e construção de políticas e precisam estar organizados em uma estrutura viável e harmônica. O grande foco é a garantia dos direitos das juventudes, sob o princípio da capacidade do adolescente e do jovem, dentro das especificidades do momento que vivem no ciclo da vida, atuarem como sujeito social e político.

Os subtemas do Eixo I descrevem, primeiramente, os órgãos de governo e de representação da sociedade civil em âmbito municipal: a) Secretaria Municipal de Juventude – para qual se planejou uma nova estrutura, específica, separando-a da pasta de Esporte e Lazer; b) Conselho Municipal de Juventude – consolidando a sua reconstrução já garantida por lei municipal, descrita acima; c) Fórum Municipal de Juventude – considerada como a principal plenária das juventudes, destinada à discussão, construção e reformulação do Plano; d) Grêmios Estudantis – objetiva-se garantir a aplicação da Lei Federal 7.398/10/85, por meio do incentivo e da promoção da criação de grêmios nas escolas públicas de ensino médio,

respeitando o processo de auto-organização e amadurecimento político dos adolescentes em cada local; e) União Municipal dos Estudantes do Ensino Médio – busca-se garantir a construção dessa instituição civil no município, gerida por estudantes secundaristas e vinculada à União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES); f) Câmara Jovem – propõe-se um espaço de formação e acompanhamento das atividades legislativas municipais, destinado principalmente à representação de estudantes das escolas públicas de ensino médio; g) Centro Municipal de Referência das Juventudes – previsto como a “casa das juventudes”, para ser espaço de formação profissional e política e acolhimento de atividades artísticas e culturais diversas dos jovens; h) Cursos de Formação Política – proposta de cursos em que militantes de organizações juvenis atuantes no município possam trazer suas experiências para outros adolescentes e jovens, contribuindo para uma formação política dialógica e autogerida, baseada no princípio de que os jovens são sujeitos ativos políticos já no presente.

O Eixo II – Desenvolvimento Integral (Educação, Cultura, Comunicação e Expressão) – se baseia no ideal de uma formação integral que contemple pontos comumente entendidos como essenciais para o pleno desenvolvimento intelectual e social dos jovens. Os elementos desse eixo apareceram como uma das principais preocupações das entidades e grupos envolvidos na construção deste Plano Municipal de Juventude, além, é claro, de representar as próprias demandas encaminhadas pelos jovens do município nos diferentes momentos de debates e discussões entre juventudes, sociedade civil e poder público, momentos estes que serviram de base para a composição desse documento. Concebe-se a formação integral como uma formação que não esteja limitada apenas aos aspectos curriculares tradicionais da escola e aos espaços físicos das instituições de educação formal, mas que também se faça

em outros espaços e que opere por outros vetores, como a “cultura” e a “comunicação”, esta entendida como liberdade de expressão artística e política – segmentos componentes da vida social e que, embora não sejam exclusivos da juventude, parecem dialogar diretamente com ela ou mesmo traduzi-la em aspectos fundamentais. Diante dessa dupla demanda, surgiu a proposta do eixo temático de “Desenvolvimento Integral”, proposição que articula Educação, Cultura e Comunicação, polos essenciais e indissociáveis para a formação plena dos jovens alfenenses.

Em síntese, no que se refere à Educação, o Eixo II apresenta propostas que buscam a valorização e otimização da qualidade de ensino em todo o município, bem como medidas pontuais para melhorar a qualificação dos jovens, tanto para o acesso ao ensino superior quanto para a entrada no mundo do trabalho. Essas ações se dariam por meio de parcerias que envolveriam as equipes pedagógicas de Alfenas, as instituições de ensino superior e as entidades de formação técnica e profissional assentadas na cidade, oferecendo ações de acompanhamento educacional, cursinhos populares e cursos técnicos profissionalizantes aos jovens da rede pública e das classes populares.

No que concerne à cultura, o Eixo II propõe ações que visam a democratização dos espaços públicos, o fomento às práticas culturais juvenis e incentivo às manifestações locais em todos os bairros do município. A partir da parceria entre poder público, iniciativas privadas e entidades da sociedade civil, juntamente com os vários agrupamentos juvenis de Alfenas, será buscada a desburocratização de acesso aos espaços públicos já existentes e a criação de novos espaços para o desenvolvimento de eventos e práticas culturais (juvenis e tradicionais), assim como a criação de políticas de valorização cultural e histórica e a busca por incentivos e investimentos para as produções locais e para os diversos grupos culturais existentes, como os

grupos de congada, teatro, dança, entre outros.

Ainda concernente ao Eixo II, no que diz respeito à Comunicação, intenta-se garantir espaços fixos de debate e momentos de discussão e expressão direta das ideias e opiniões dos jovens acerca de assuntos diversos, principalmente, aqueles pertinentes à juventude, e o desenvolvimento de ações de integração e conscientização digital, visto que as novas tecnologias e as redes sociais de interação virtual têm se mostrado como importantes espaços para o diálogo e para a busca de compreensão das mais variadas formas de ser da juventude. Nesta esteira, pretende-se realizar periodicamente eventos como fóruns e seminários para debater junto com os jovens as temáticas próprias das juventudes e incentivar a integração da tecnologia como meio de busca e construção dos conhecimentos na escola, promovendo a inclusão digital e a conscientização dos espaços virtuais como espaços de direitos e deveres, essenciais para o exercício da cidadania.

O Eixo III – Território e mobilidade – tem um texto introdutório de autoria de Evânio dos Santos Branquinho, que destaca Alfenas como uma microrregião que tem vivenciado constante crescimento demográfico e urbano, principalmente pelo avanço local nas áreas da saúde e educação, o que fez com que a cidade passasse a experimentar problemas diversos, como o crescimento não planejado, o monopólio do transporte individual, a segregação espacial e sociocultural, entre outros. Também amparado por esse diagnóstico, o Eixo Temático III foi organizado em 4 tópicos, quais sejam: Direito à Cidade, Campo, Transporte e Meio Ambiente. Esses tópicos objetivam: a) a garantia do direito e do acesso ao território considerando os valores socioculturais e a diversidade juvenil do município, assim como o desenvolvimento de políticas públicas que estimulem e ampliem a experiência juvenil por meio da democratização e promoção dos diversos espaços que integram a cidade; b) o desenvolvimento de estratégias que

contemplem e valorizem o intercâmbio entre a cidade e o campo, bem como o reconhecimento das peculiaridades e necessidades dos jovens camponeses que compõem o município; c) a conservação e ampliação da mobilidade dos jovens, por meio da garantia de condições que observem diferentes categorias de deslocamento, com ênfase no transporte público gratuito e sustentável; d) o fomento de ações socioambientais que garantam a melhoria da qualidade da vida juvenil presente e futura.

Consideramos que a composição do Eixo III conseguiu atingir sua meta de repensar questões, que conferem aos jovens alfenenses o direito ao território e à mobilidade, situando suas necessidades específicas sem se afastar das deliberações postuladas nos diversos documentos oficiais e nos espaços de participação juvenil estadual e nacional. Além disso, e mesmo com as limitações verificadas, a possibilidade de revisão do Plano a cada dois anos abre espaço para que novas propostas sejam inseridas no projeto aprovado.

O Eixo IV – Qualidade de Vida – como já foi dito, é o único que não teve seu texto redigido pelo Grupo de Estudos sobre a Juventude. Contudo, o Grupo analisou e avaliou as propostas antes de incluí-lo no anteprojeto do Plano Municipal. O Eixo IV busca as garantias à saúde das juventudes alfenense, utilizando-se de estrutura já estabelecida, oferecendo pequenas adequações para contemplar a atenção integral à saúde do jovem e adolescente, ressaltando o bem-estar físico, mental e social. Também se propôs a ampliação da rede de atendimento e melhor qualificação dos profissionais para integrar e garantir o acesso das juventudes à saúde. Dentre as principais ações, estão contempladas adequações às demandas de saúde nos serviços dos Postos de Saúde da Família (PSFs) e escolas e a construção de uma agenda para ações específicas, como: drogas, gravidez na adolescência, doenças sexualmente transmissíveis e AIDS.

O eixo V – Diversidade, Sexualidade e Respeito às Diferenças – propõe um plano de ação que objetiva contar com diversos setores da estrutura administrativa municipal, mas também envolver movimentos sociais de diversos segmentos e instituições de ensino e pesquisa da cidade. O intuito de envolver variadas organizações é de assegurar que as condições propostas se desenvolvam realmente e que possam atender a negros/as, mulheres, jovens e demais diversos grupos sociais que se encontram em situação de vulnerabilidade ou em negação de seus direitos.

As propostas do Eixo V abordam, primeiramente, o combate ao racismo. Citam-se dados acerca do grande número de mortes violentas de jovens negros, cerca de duas vezes e meia maior que a de jovens brancos. Para que esse problema seja solucionado, é necessário reconhecer as desigualdades existentes em nosso país. É indispensável denunciar o racismo e reconhecer que os estigmas e o preconceito contra a população negra se fazem presentes. Fica evidente a necessidade de promover ações que favoreçam o debate sobre questões raciais. Destaca-se a necessidade de tratar do risco de exposição à violência, maior entre os jovens negros. É essencial dar visibilidade a esse problema, combatendo o que parece se configurar como um verdadeiro extermínio de jovens negros.

O Eixo V também trata do direito do jovem à diversidade e igualdade de direitos e de oportunidades, e a garantia de que ele não será discriminado por meio de etnia, raça, cor de pele, cultura, origem, idade, sexo, orientação sexual, religião e deficiência. Para tanto, destacam-se propostas para incluir o tema da diversidade nas práticas e na composição dos grupos de trabalho de cultura e educação, promovendo debates que viabilizem de modo concreto a inclusão.

É tratado também o tema “orientação sexual”, considerado como tema transversal que permite a discussão de conhecimentos a

partir das realidades vivenciadas. Propõe-se que a escola deve informar sobre os diversos pontos de vista, tabus e valores existentes na sociedade, dessa forma seria ideal uma intervenção dos profissionais da educação, complementando a educação dada por seus responsáveis. Outro tema, oriundo das Conferências Municipais, afirma a importância da sexualidade (que envolve não só o corpo, mas também a cultura, os sentimentos e as relações afetivas) na adolescência, propondo campanhas específicas de saúde sexual para trabalhar com a conscientização e a prevenção de DSTs e gravidez.

Enfim, o Eixo V destaca a situação das jovens mulheres, considerando inicialmente o avanço de políticas relativas aos direitos das mulheres por meio da construção coletiva de movimentos sociais, de mulheres e feministas. A desigualdade de gênero é considerada um fator de grande impacto em suas vidas, por isso faz-se necessária a transversalidade em algumas ações, como a promoção de melhores condições de vida e saúde, garantindo direitos e assistência. Na verdade, o Eixo V possui, em suma, uma só proposta: criar ações que reflitam sobre a diversidade e combatam preconceitos e discriminação contra grupos vulneráveis.

O Eixo VI – Vida Segura –, assim como os demais eixos desse Plano, buscou deixar clara a importância do jovem como sujeito social, contemplando demandas propostas por jovens nas Conferências e Fórum Municipal de Juventude. Embora a situação de vulnerabilidade social e de conflito com a lei de jovens seja um desafio para muitos segmentos da sociedade, aspectos como o trabalho, família, educação, saúde, educação, moradia, cultura, lazer e respeito às diversidades precisam ser desvelados para a construção de uma sociedade saudável. É preciso buscar constantemente, por meio da intersetorialidade, propostas e projetos socioeducativos que contemplem necessidades dos jovens e suas famílias, como habitação,

educação, saúde, lazer, cultura e trabalho. A promoção de medidas socioeducativas eficientes para adolescentes em conflito com a lei deve visar evitar a reincidência. A proposta é de que os grupos intersetoriais discutam estratégias de promoção do direito à justiça aos jovens, incluindo a criação de um Juizado Especial, bem como a proposição de projetos de lei a serem apreciados pelo poder legislativo.

Este sexto eixo propõe cursos aos agentes de segurança pública, explicitando que as ações deles devem ser primordialmente preventivas e não repressivas. Espera-se que o poder público crie e apoie iniciativas que promovam o desarmamento, incentivando a “cultura da paz”, imprescindível aos direitos humanos, considerando que os custos humanos e econômicos envolvidos na repressão são muito maiores e menos eficazes.

O programa de minimização de danos causados pelas drogas demonstra a preocupação deste Eixo com relação aos problemas trazidos às juventudes pelo uso e tráfico de drogas. Não se considera adequada a abordagem repressiva, pautada pelo paradigma da “guerra às drogas”. Em contrapartida, adota-se a perspectiva da promoção da saúde, por meio de medidas socioeducativas que protejam adolescentes e jovens do assédio do mundo do crime. O Eixo VI entende que as internações longas, via medidas socioeducativas ou presídios, fragmentam laços familiares e sociais. Também, que a reinserção social da juventude que se encontra no sistema prisional é fundamental para que a reincidência diminua. Essa reinserção pode ser promovida por programas sociais e projetos, como Primeiro Emprego e Jovem Aprendiz.

Considerações finais

Podemos afirmar que participar da construção de um Plano Municipal de Juventude, com ênfase na organização e sistematização de políticas públicas propostas por grupos juvenis

da cidade, se mostrou um desafio. Esse plano, com origem nos importantes movimentos de mediação política entre o poder público e a juventude, se apresenta para nós como uma possibilidade real de fazer com que a Universidade seja inserida em um processo social do qual também faz parte, afinal, a ciência também tem funções políticas, no seu sentido mais amplo.

A mediação intergeracional em todos os processos de construção do anteprojeto foi determinante para que se apresentasse uma real aplicabilidade política das propostas, além, é claro, da característica dialógica de construção favorecer constantes trocas entre professores, o governo local e a juventude. Podemos considerar que esses fatores foram fundamentais para que o Plano avançasse na consolidação dos direitos sociais dos jovens, fazendo com que ele contemplasse as pautas de coletivos juvenis politicamente organizados, o Conselho Municipal de Juventude e, na troca de gestão do município, o novo grupo à frente dos trabalhos de juventude da cidade, que também participou do processo de construção do Plano.

Esse empenho se evidencia em propostas que deixam de olhar a juventude pelo foco do risco ou mesmo da criminalização, uma vez que o Plano considera que os jovens são sujeitos sociais e atores políticos, capazes de realizar suas próprias escolhas e propor políticas públicas. Políticas que partem de necessidades reais para a vivência plena da cidade, como aquelas que tratam da participação política dos jovens e a mobilidade urbana no Plano Municipal, ao fazer ressoar as recentes lutas contra os aumentos das tarifas do transporte público. Ainda, como as propostas que efetivam o direito à diferença e coíbem preconceitos de gênero e raça, há uma evidente presença do posicionamento político de coletivos juvenis que rechaçam qualquer tipo de política educacional que desconsidere a possibilidade dos jovens vivenciarem novas relações sexuais e novas relações de gênero. Os jovens têm, no campo escolar, um dos

espaços mais profícuos para uma consciência de si, por meio de discussões, rodas e debates, tanto em espaços institucionais como a sala de aula, quanto os espaços não institucionais, como as ocupações das escolas nos mostraram.

Ainda vale ressaltar a mudança de perspectiva no que diz respeito ao que é chamado de “drogadição” por muitos setores até hoje. O Eixo VI perpassa a linha essencial de redução de danos e tratamento da questão por meio de um novo modelo de saúde pública. É importante, para além desse aspecto, o não tratamento moral e criminalizador do uso e tráfico de drogas, tratamento que tem amparado muitas políticas públicas de segurança alcunhadas na repressão, violência e deslegitimação da juventude como categoria, por meio de instituições do Estado como as polícias militarizadas. O desenho de uma concepção preventiva que perpassa por todos os agentes públicos – não apenas os policiais, mas também os escolares, assistenciais, de saúde e planejamento – é fundamental para uma concepção mais humana no tratamento desses jovens.

Entre os limites que se apresentaram na construção deste Plano, se destaca o tempo relativamente pequeno de trabalho para a construção do anteprojeto do Plano Municipal de Juventude. O processo acompanhou os últimos meses de uma gestão municipal. Outro elemento limitador foi a falta de mecanismos que pudessem dar conta de uma real mobilização da juventude para a participação política para além das Conferências e do Fórum, durante a própria construção do anteprojeto.

Há ainda uma dificuldade relacionada às propostas do Plano, que têm demasiada amplitude, como as do Eixo II, cuja aplicabilidade política precisa ser refletida por gestores e técnicos da área a partir do que está claro serem os interesses e intenções dos grupos juvenis. Evidenciamos ainda a necessidade de divulgação do Plano, partindo da perspectiva de que ele tem total legitimidade representativa

e propositiva para funcionar como orientação política da atual e das próximas gestões. Esse é um dos critérios para que ele seja implementado de forma democrática, uma vez que parece ser compromisso da nova gestão municipal do município dar continuidade a essa política de juventude iniciada na gestão anterior.

A nova administração municipal, com quem o Grupo de Estudos sobre a Juventude tem mantido o diálogo, tem feito esforços para implementar o Plano Municipal de Juventude. Mas esse artigo não tem o objetivo de analisar essa implementação, inclusive porque foi escrito coletivamente ainda no início da atual gestão. Seu principal objetivo foi apresentar e refletir sobre o processo dialógico e participativo de construção de uma política pública de juventude de caráter local, em um

município que conta atualmente com pouco mais de 79 mil habitantes, segundo o IBGE¹³.

Nesse sentido, a principal contribuição desse texto, como desejamos, é inspirar outras iniciativas de construção de políticas públicas locais de juventude, as quais podem ser de grande valia, inclusive para o processo de formação política dos jovens, ao mobilizá-los para debates públicos em Conferências e Fóruns. Essas políticas públicas podem, enfim, ser valiosos guias para gestores e sociedade civil na implementação de ações que efetivem os direitos sociais dos jovens, atentas para as especificidades das aspirações e dilemas desses sujeitos em cada localidade, ainda que na contramão das atuais tendências regressivas – em matéria da garantia dos direitos sociais – do executivo e legislativo federal.

Referências

CARRANO, P. Políticas públicas de juventude: desafios da prática. In: PAPA, F. C.; FREITAS, M. V. (Orgs.). **Juventude em pauta**: políticas públicas no Brasil. São Paulo: Petrópolis, 2011. p. 235-249.

DAYRELL, J. O jovem como sujeito social. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 24, p. 40-52, set./dez. 2003.

GROPPO, L. A. Sentidos de juventude na sociologia e nas políticas públicas do Brasil contemporâneo. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, v. 20, n. 1, p. 383-402, 2016. Disponível em : <<http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/5062>>. Acesso em: 15 fev. 2017.

MAGALHÃES, A. T. et al. Grupo de Estudos sobre a Juventude de Alfenas-MG: relato de experiência sobre um projeto de extensão universitária. **Revista Brasileira de Extensão Universitária**, Chapecó, v. 7, n. 1, p. 7-13, 2016. Disponível em: <<https://periodicos.ufes.edu.br/index.php/RBEU/article/view/3076/pdf>>. Acesso em: 10. fev. 2017.

SOUZA, P. L. A. de. A participação nas políticas públicas de juventude: caminhos trilhados, caminhos a construir. In: PAPA, F. C.; FREITAS, M. V. (Orgs.). **Juventude em pauta**: políticas públicas no Brasil. São Paulo: Petrópolis, 2011. p. 163-189.

SOUZA, R. M. de. Protagonismo juvenil: o discurso da juventude sem voz. **Revista Brasileira de**

13. <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=310160>>.

Adolescência e Conflitualidade, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 1-28, 2009.

SPOSITO, M. P. Trajetórias na constituição de políticas públicas de juventude no Brasil. In: PAPA, F. de C.; FREITAS, M. V. de (Org.). **Políticas públicas: juventude em pauta**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008. p. 57-75.

SPOSITO, M. P.; CARRANO, P. Juventude e políticas públicas no Brasil. In: FÁVERO, O. et al. (Orgs.). **Juventude e contemporaneidade**. Brasília: Unesco, MEC, Anped, 2007. p. 179-215. (Coleção Educação Para Todos).

Submetido em 17 de maio de 2017.

Aprovado em 10 de julho de 2017.